

Williams, Michelle, **The roots of participative democracy**, NY, Palgrave, Macmillan, 2008
Chap.1 Introduction: Hegemonic and Counter-Hegemonic Generative Politics [Introdução;
Políticas Geradoras Hegemônicas e Contra-Hegemônicas]

Traduzido e condensado por Paul Singer

Políticas Geradoras são as que servem para construir novas instituições e canais de participação de massa. Democracia Participativa refere-se à participação cidadã em deliberações, tomadas de decisões e sua realização.

Eu (Singer) argumento que as políticas emancipadoras *exigem a transformação do estado* e para isso são necessários partidos políticos com fundas raízes na sociedade civil. Partidos são compostos por facções concorrentes, das quais, neste estudo são consideradas 3: sindicalistas, basistas [grassroots] e estatistas. Os *sindicalistas* vêem a classe operária organizada como o agente essencial de mudança e a industrialização como o meio de desenvolvimento nacional.

Os *basistas* vêem os excluídos – desempregados, o setor informal e a classe organizada - como os agentes primários de mudança e procura realizar o desenvolvimento por meio de iniciativas locais em foros econômicos e políticos adicionalmente a um certo desenvolvimento industrial. Os basistas questionam a via evolucionária para a industrialização, argumentando que o capitalismo se baseia na continuação da desigualdade no sistema mundial, e que *a terra não pode sustentar o modelo ocidental de desenvolvimento baseado no consumo*.

Os *estatistas* vêem os atores estatais como os agentes primários de mudança e por isso se concentram no uso do estado para criar condições para o desenvolvimento industrial. Esta facção é a mais estreitamente aliada às elites política e econômica e persegue um desenvolvimento industrial liderado pelo estado.

As práticas que ligam um partido à sua base podem ser de dois tipos: mobilização de massas (marchas, demonstrações e greves) e organização participativa (empoderamento da cidadania para poder participar significativamente nas arenas política e econômica). Aqui a ênfase está na educação e politização da cidadania por meio da educação política, escolas partidárias, seminários, oficinas e participação em estruturas locais políticas e econômicas, no esforço de empoderar subalternos para participar nos domínios social, político e econômico da vida social.

Políticas geradoras: hegemônicas e contra-hegemônicas

Políticas geradoras mudam da fase do confronto para a busca da construção e desenvolvimento de instituições e canais de participação em massa. *Políticas de confronto* focam em reivindicações contra o estado, *políticas geradoras* trabalham fundamentalmente por meio da transformação do estado e da economia através do desenvolvimento de novas instituições. Políticas geradoras “hegemônicas” subordinam a sociedade civil ao estado e à economia capitalista. As “contra-hegemônicas” tentam estabelecer formas alternativas de organização social que rompem com as formas hegemônicas capitalistas e buscam subordinar estado e economia à sociedade civil.

[As raízes dos conceitos de políticas de “protesto” e “geradoras” estão em Hana Arendt “Revolução” 1963; *libertação* é um processo de luta para transcender dominação e exploração, enquanto *revolução* é fundamentalmente a construção de algo novo. Nota 21, p.163]

Socialismo é o domínio da sociedade sobre o estado e a economia.

Nos anos 1990s, o PCI(M) rejeitou a idéia de que “nada poderia feito antes que ocorresse uma revolução nacional, argumentando que *dentro* das condições correntes e através delas uma democracia socialista seria forjada.” Na prática, o partido teria de encontrar vias concretas para confrontar a lógica capitalista predominante e construir uma lógica socialista alternativa por meio de normas democráticas e participativas e instituições estatais democráticas.

Ao mesmo tempo o PCI(M) organizou grupos subalternos em unidades de microprodução esperando que formas cooperativas de produção se tornariam uma lógica alternativa de acumulação.

A história do PCI(M) divide-se em 3 períodos: 1. de 1930 a meados dos 1950s os comunistas organizaram os setores subalternos em movimentos de casta, classe (primariamente agrícola) e de independência, que desmantelaram alguns dos horrores sociais. O partido organizou o movimento das bibliotecas, que montou salas de leitura em aldeias de todo estado, onde deu educação política por meio de aulas de alfabetização. 2. Nos anos 1960s e 1970s, o partido organizou o movimento operário com elementos disparatados de classe; lutas que dissolveram as relações sociais pré-capitalistas no campo e introduziram reformas sociais e econômicas dando ganhos impressionantes aos sindicatos de industriários no setor público e a associações de funcionários públicos. Assim foi construída a base de políticas hegemônicas em que o estado tem papel essencial no desenvolvimento econômico e político.

Entre 1960 e 1980, o PCI(M) só teve o governo [de Kérala] por 3 anos. “Como força democrática de oposição de ampla base social, os comunistas ocuparam as trincheiras da sociedade civil, construindo organizações de massa e cultivando uma política de contenção, que assegurou à classe operária vitórias nas reformas agrárias e nas intervenções no mercado de trabalho, assim como reformas redistributivas e sociais; ajudou também a precipitar uma crise de acumulação. Causas: altos salários, controle estatal da mecanização, rigidez no emprego de mão de obra e elevado consumo social contribuíram para o afastamento do capital e a criação de barreiras à acumulação interna de capital. Além disso, as demandas redistributivas expandiram o papel e o tamanho do estado e o poder da burocracia, que limitavam as iniciativas populares da sociedade civil.

O partido teve de reconhecer que suas políticas enfraqueceram o desenvolvimento da economia. O partido passou a desenvolver vias em que os avanços sociais e institucionais – as associações cívicas, instituições estatais legítimas, o robusto clima político e o capital humano – pudessem ser engajados no desenvolvimento econômico e político. Em 1987, a Frente Democrática de Esquerda (PCI(M)) venceu as eleições. O partido reconheceu a necessidade de desenvolver programas que envolvessem a participação da massa e encorajassem a iniciativa e a auto-sustentação local.

Em 1987-91, o PCI(M) lançou uma campanha de alfabetização, outra de **mapeamento de recursos, iniciativas agrícolas grupais** e um processo limitado democrático de descentralização. Esta tentativa de descentralização era limitada porque a legislação nacional restringia os fundos que

podiam ser descentralizados. Em 1993, nova legislação nacional foi adotada, que autoriza significativa descentralização financeira, de poder e autoridade aos governos locais. Estas iniciativas produziram nova fase de desenvolvimento, marcada por políticas geradoras contra-hegemônicas.

Não há compromisso com o capitalismo, mas o PCI(M) estava abrindo um novo caminho de desenvolvimento social, político e econômico, *que procura estabelecer relações não capitalistas nas condições correntes. “Eu defino contra-hegemonia como uma tentativa de criar formas alternativas de organização social, que rompem com as formas capitalistas hegemônicas (...) e procuram subordinar o estado e a economia à sociedade civil.”* (P. 38)

Kerala é conhecida pelo alto nível de desenvolvimento social: em 1991, 90,6% da população era alfabetizada (61% na Índia), a mortalidade infantil era 13 por mil nascidos vivos (62 por mil na Índia) e a expectativa de vida era de 73 anos (Índia: 63 anos), apesar da baixa renda e do lento crescimento econômico.

Reinventando o estado desenvolvimentista

Para galvanizar e incorporar os subalternos ao processo de desenvolvimento, o governo liderado pelo PCI(M) lançou:

1. campanha de Alfabetização Total – CAT - começou com um projeto piloto em Ernakulam, dirigido pelo Movimento da Ciência do Povo – KSSP, como um movimento de massa, com comitês populares, formados em cada distrito. 50.000 ativistas visitaram 600.000 domicílios para determinar quem era analfabeto. Em seguida, 18.000 instrutores voluntários ofereceram aulas aos analfabetos (em dezembro de 1988). Em um ano, Ernakulam foi declarado pelo Primeiro Ministro V.P.Singh o primeiro distrito inteiramente alfabetizado da Índia. Em seguida, o partido trabalhou junto com o KSSP para mobilizar 350.000 instrutores voluntários para dar aula em toda Kerala. Em 1995, a taxa de alfabetização em Kerala era de 95%.

2. Agricultura em grupo: em Kerala, há 786 habitantes por km² (na Índia há 279): a densidade em Kerala é 2,82 vezes maior que a indiana. Por isso, o escopo da produção agrícola é mínimo, a produção agrícola deteriorou e o povo se voltou à produção não-agrícola para subsistir. Para mudar esta situação, o PCI(M) lançou “um programa de lavoura grupal”: a propriedade dos sítios seria individual, mas compras e marketing seriam feitas em grupos para aproveitar economias de escala. Além disso, o partido adotou outras medidas: os trabalhadores agrícolas receberiam garantia de terem um certo montante de trabalho e aumento de salários se concordassem com certo grau de mecanização; regulação da água, reciclagem orgânica, uso coletivo de maquinário agrícola, produção de sementes de qualidade e gestão integrada da peste. Os ativistas do KSSP desempenharam neste programa um papel crítico.

3. Programa do Povo de Mapeamento de Recursos: -A Campanha de Mapeamento visava ativar e educar subalternos por um processo de longo prazo de aquisição de conhecimentos desenvolvimentistas. Tencionava:

a. estabelecer uma database dos recursos humanos e naturais de cada área. Ativistas e voluntários coletaram dados sobre o solo, água, vegetação, problemas ambientais

(alagamentos, mosquitos etc.) de cada lote em aldeias assim como levantamentos sócio-econômicos de cada domicílio. Mapas de recursos de aldeias foram traçados, que mais tarde ajudariam a determinar iniciativas de desenvolvimento apropriadas.

b. criar uma ferramenta para elevar a percepção do povo acerca do seu ambiente natural e provocar idéias de desenvolvimento sócio-econômico das pessoas em suas comunidades.

Em 1990, o governo da Frente de Esquerda iniciou um processo democrático de descentralização, transferindo responsabilidades e poder aos Conselhos Distritais: O governo local inclui municipalidades e 3 níveis de governo rural: distrito, bloco e aldeia. O governo reconheceu que uma abordagem participativa do desenvolvimento era essencial. Ele estava redefinindo o papel do estado desenvolvimentista para engendrar desenvolvimento econômico e tornar o governo local participativo. Em Kérala, o KSSP e militantes basistas estudaram a emenda da descentralização para compreender o seu potencial radical e lançaram uma campanha de explicação da descentralização aos cidadãos comuns por meio de seminários, discussões, panfletos e teatro de rua. **Experimentos-piloto**, que forneceram a base para a descentralização em toda Kérala em 1996. O experimento mais importante foi no panchayat [Conselho Local] de Kalliassari, no distrito de Kannur, que tem uma longa história de ativismo do partido e do KSSP. O partido é a força política dominante e recebe consistentemente 80% dos votos em Kannur. O experimento foi conduzido por militantes da facção basista e guiado pela idéia que o **desenvolvimento implica dramático aumento da produção de bens materiais e serviços, de modo sustentável e equitativo e portanto, de forma sutil, começou a construir uma lógica contra-hegemônica da organização social.**

O partido envidou grandes esforços para não enfatizar o seu papel nos projetos de desenvolvimento, fazendo com que todas as formações políticas e de massa tomassem parte em cada fase dos projetos e que a experiência – piloto não tivesse caráter partidário. **O poder deveria ser exercido pelos cidadãos comuns.**

O projeto começou perguntando aos cidadãos quais questões são as mais urgentes para a comunidade e como as aspirações do povo poderiam ser realizadas. Levantamentos sobre hábitos de consumo, recursos humanos e naturais etc. foram feitos assim como discussões em grupos, consultas a fontes secundárias, treinamento de voluntários locais numa série de atividades, inclusive no mapeamento de recursos do povo.

Descobriram que 20.000 ovos eram consumidos mensalmente sem que um único ovo fosse produzido na área; passou-se a encorajar a produção de ovos em pequena escala. Outras atividades promovidas: tecelagem em teares manuais, produção de vestuário, visando mercados locais, em unidades organizadas segundo princípios cooperativos.

Nova organização na descentraliza:

- **Grupos de vizinhança com 40 a 50 domicílios, que constituíram o nível mais baixo do planejamento local.**

- Os representantes destes grupos elegeram um **Comitê (de 25) Executivo**, inclusive representantes eleitos de aldeias.

- Surgiu a *Sociedade do Desenvolvimento* cujos estatutos prescreviam a participação de representantes de todos os partidos, do KSSP e um homem e uma mulher de cada Grupo de Vizinhança, assim como todos ocupantes de funções eletivas. A sociedade é presidida pelo Prefeito da aldeia e secretariada por um membro do KSSP. Pela sua composição, a Sociedade está integrada ao governo local.

A facção basista reconheceu o perigo de concentrar toda a autoridade da sociedade civil e do governo numa única organização. Ela queria assegurar que o novo projeto político seria visto como sendo de *interesse universal*. Um projeto concebido na base e elaborado na Sociedade do Desenvolvimento exigia *milhares de voluntários* para limpar e construir novos canais. Todas as organizações políticas e civis ofereceram voluntários, mas o número estava longe de ser atingido. Militantes basistas apelaram ao PCI(M), que mobilizou a maioria dos voluntários para o projeto (mil infantas). O partido aproveitou a visibilidade do projeto dos canais para educar e popularizar projetos realizados por voluntários em massa.

Levou 3 anos para a experiência de Kaliasseri produzir um plano tentativo de desenvolvimento da aldeia e em 9/95 saiu um relatório abrangente sobre o planejamento participativo em Kaliasseri, que foi discutido num seminário de 2 dias. As conclusões mais importantes foram sobre o potencial latente na ação voluntária, necessidade de novas instituições para o desenvolvimento participativo (como os Grupos de Vizinhança), a dificuldade de integrar instituições estatais e civis, daí a Sociedade do Desenvolvimento. À base destas lições, militantes basistas do PCI (m) e da KSSP redigiram uma visão da descentralização para o estado.

Passos dados até a proposta sociedade de desenvolvimento

- **Congresso internacional da “Kerala Studies”** com 1.600 participantes, 700 sendo de fora do estado. Concluiu-se que Kérala estava numa séria crise econômica, política, social e cultural. A industrialização e a infra-estrutura requeriam intervenção do governo do estado. Mas os serviços básicos e a pequena produção poderiam ser melhor servidos por uma estratégia de desenvolvimento descentralizado.

- **partido aceitou que capitalismo e socialismo co-existiriam no futuro previsível.** O capital privado seria encorajado a investir em eletrônica, engenharia leve, processamento de borracha e agro-indústrias e nos setores dotados de vantagens comparativas. E o envolvimento das massas aumentaria a produtividade na micro-produção e a qualidade dos serviços públicos.

- **PCI (M) comprometeu-se a construir elementos de socialismo dentro das condições correntes**, usando a força da sociedade civil organizada e a consciência política do povo. Para tanto, Thomas Isaac propunha “políticas de desenvolvimento realizadas dentro do estado, criando novas instituições democráticas dentro da esfera da produção, integrando ciência e tecnologia. Esta **visão culminou na Campanha Popular pela Descentralização Democrática.**

E 1996, o PCI (M) voltou ao governo e começou uma campanha por uma descentralização democrática radical, visando a aprofundar práticas democráticas e promover formas alternativas de acumulação. Era uma audaz tentativa de ampliar instituições democráticas participativas para incluir um espectro mais amplo da sociedade. E expandir a participação além da política *para incluir a economia*, marcando a virada para a política contra-hegemônica. Comunidades locais se

envolveram ativamente na deliberação e realização de iniciativas que atendiam necessidades locais e fomentavam o desenvolvimento sustentável.

Os aldeões me informaram que devido à Campanha muita gente – mas não todos – passou a se envolver. Por ex.: numa comunidade a 30 Km da capital havia encontros de vizinhos regularmente para discutir as necessidades da comunidade e começaram projetos de micro-produção de roupas, sabão e *notebooks* com a ajuda do governo local. 2.500 mulheres participavam de 96 grupos femininos de auto-ajuda e de 174 grupos de vizinhança.

Formar uma lógica alternativa de acumulação requer:

- a participação ativa dos cidadãos

- atender necessidades básicas e usa tecnologias alternativas onde elas são apropriadas e ao mesmo tempo tenta engajar as energias do povo para o desenvolvimento econômico: **45% dos fundos transferidos pelo estado de Kérala foram usados para a criação de cooperativas de micro produtores.** Isto contrasta com a descentralização neoliberal, pela qual o FMI e o Banco Mundial pressionam países em desenvolvimento a adotar “o que serve apenas para enfraquecer os estados e fortalecer a influência das organizações internacionais sobre o desenvolvimento nacional.”

Os dois princípios básicos da Campanha foram: 1.os governos locais passaram a ter autonomia administrativa, financeira e funcional e deixaram de ser meros prestadores de serviços decididos de cima. 2.estruturas representativas e diretas da democracia devem coincidir e se complementar mutuamente.

A descentralização pode assumir três formas: 1. *Desconcentração* – os Ministérios transferem certo poder de decisão a sucursais regionais e locais; 2. *Delegação*: a autoridade governamental para certas tarefas é transferida a empresas estatais, serviços públicos ou empresas privadas; 3. *Devolução* da autoridade e do poder de planejar, decidir, tributar, empregar staff e monitorar atividades, a instituições autônomas ou semi autônomas dos governos locais. Recomenda-se que a descentralização comece pela instalação das estruturas de apoio administrativo e só depois se inicie a devolução dos recursos financeiros. O governo do PCI(M) inverteu a seqüência: começou devolvendo os fundos, o que compeliu os governos locais a fazer as reformas necessárias. A Campanha deu às instituições de autogoverno local autonomia para formular e efetivar projetos dentro de limites claramente formulados. Desta forma, o partido pôs em prática sua visão teórica de “*desenvolver elementos do socialismo nas condições atuais.*”

Segundo Thomas Isaac (líder do PCI(M)) “reformas fundamentais não podem ser meramente legisladas. As leis são frases vazias a não ser que movimentos poderosos cuidem de sua realização.” Assim, um componente importante da Campanha foi construir *capacidade em nível local de avaliar projetos e formular planos de desenvolvimento.* Isso exigiu que uma grande parte da atividade partidária focasse a capacitação da gente do povo, por meio duma infinidade de oficinas, seminários de educação política e grupos de estudos. Em 1997-98, mais de 300.000 participantes foram treinados em “seminários de desenvolvimento” em capacitação para o autogoverno e cerca de 4.000 páginas de material sob a forma de manuais e guias foram preparadas e distribuídas.

O *aprendizado informal* também cresceu. Numa aldeia visitada pela Autora ativistas reuniam-se informalmente todas as manhãs na biblioteca, para lerem juntos os jornais locais e em seguida

discutirem problemas específicos da comunidade. As pessoas explicaram à Autora que estas reuniões os ajudaram a entender melhor as questões e a participar das Grama Sabhas [assembléias de aldeia]. Invocando sua compreensão dum estado desenvolvimentista ancorado em instituições participativas, o PCI(M) redirecionou a maneira como o desenvolvimento é realizado. Um aspecto peculiar do planejamento descentralizado é o foco em projetos em vez da destinação esquemática de recursos a setores.

Desde o começo da Campanha houve esforços para desviar o investimento desenvolvimentista da construção de estradas e expansão dos serviços sociais e encaminhá-lo à produção. As diretrizes de alocação de recursos orçamentários foram: 45 a 50% para a agricultura, criação de animais, de peixes e micro-produção; 30 a 40% para educação, saúde, saneamento e habitação; 10 a 25% para a infra-estrutura e 10% para programas para mulheres. Muito esforço foi empregado para encaminhar os fundos destinados à produção ao estabelecimento de micro empresas, que põem os trabalhadores no controle dos meios de produção, de acordo com os princípios cooperativos.

O número de sócios das micro-empresas foi mantido abaixo do limite que exigiria registrá-los no Ministério das Cooperativas, para evitar que se tornassem estruturas político-partidárias. [Nota 65 à p.168] O PCI(M) encorajou o desenvolvimento à base de formas cooperativas de propriedade, micro cooperativas que produzem para o mercado local, tendo em vista romper a sua vulnerabilidade a forças externas. **Os esforços do partido para empoderar economicamente grupos subalternos através da propriedade democrática dos meios de produção representa uma tentativa de construir instituições econômicas que se baseiam em princípios econômicos diferentes dos das empresas capitalistas. Estes esforços representam pois uma tentativa de construir uma lógica alternativa de acumulação.**

Embora houvesse muito sucesso na área da micro produção, questões da comercialização foram negligenciadas, pondo em risco a sobrevivência de micro-cooperativas. A rápida expansão da oferta de vegetais perecíveis sem a correspondente construção de armazéns e canais de distribuição levou a forte queda de seus preços. Esta falha foi corrigida por muitos governos locais nos primeiros anos da Campanha. Numa aldeia visitada pela Autora, a Panchayat [prefeitura] ajudava as micro cooperativas locais comprando seus produtos e ajudando a criar elos com escolas locais para a compra de uniformes e notebooks. **Foi reconhecido que mercados desempenham um papel vital na distribuição e que era preciso haver uma ativa intervenção do estado para levá-los a atender necessidades da sociedade.** A questão do mercado foi mencionada como preocupação primordial por 15 de 17 ativistas do PCI(M) com quem a Autora conversou em Kannur. O mesmo foi constatado pela Autora em todo o estado.

Participação da massa na tomada de decisões e transparência, evitar corrupção: a Campanha passou a exigir das Panchayats [prefeituras] que tornassem públicos os critérios e as prioridades na seleção dos beneficiários e a lista dos mesmos, apresentando-as às Grama Sabhas [assembléias de moradores das aldeias]. Estas reúnem em cada estágio do processo de descentralização gente do povo, representantes eleitos e técnicos para deliberar e realizar programas de desenvolvimento.

Além disso, seminários de desenvolvimento, forças tarefa conduzidas por cidadãos e governos locais multiplicam as vias de participação cidadã. As Grama Sabhas são grandes demais e seus limites são puramente administrativos. Elas só se reuniam no início da Campanha duas vezes por ano, depois passaram a realizar 4 reuniões por ano, cada uma com um objetivo específico. As

Grama Sabhas no início do ano identificam problemas e formam seminários setoriais. Nas assembleias subsequentes planos de desenvolvimento são apresentados e discutidos, havendo seleção dos beneficiários. Para superar as limitações das Grama Sabhas, foram formados Grupos de Vizinhança com 20 a 50 famílias, cada uma sendo representada por um homem e uma mulher. Esta decisão foi tomada em função do sucesso dos Grupos de Vizinhança no projeto piloto de Kalliasseri. Muitos destes Grupos de Vizinhança assumiram poderes da Grama Sabha e se reúnem regularmente para discutir e deliberar e acabaram se tornando uma subestrutura não oficial da Grama Sabha.

Para assegurar transparência e participação da massa na formulação de planos e sua realização, uma série de fases foram delineadas pelo Conselho Estadual de Planejamento [State Planning Board]. **Cada fase exigia numerosas atividades preparatórias: manuais, programas de treinamento, metodologias de participação e empoderamento e a condução do processo através duma série de interesses políticos locais e estaduais. Cada fase requeria intensa mobilização política, organização e alto grau de capacidade desde abaixo.**

A primeira fase mobilizou o maior número possível de gente para comparecer às Grama Sabhas (assembleias de moradores), em que problemas locais eram identificados assim como o potencial de recursos para resolvê-los. As Grama Sabhas reuniam cerca de 1.500 a 2.000 moradores num foro comunal em que técnicos, representantes eleitos e ativistas participavam juntamente com moradores locais na deliberação e planejamento de projetos de desenvolvimento. Para garantir que as reuniões não fossem dominadas por elites políticas locais, diretrizes estritas foram estabelecidas, limitando o tempo das falas. Além disso, milhares de facilitadores foram treinados para dirigir reuniões de grupos menores para manter as discussões no foco, mas davam ao cidadão comum a chance de falar livremente. [Nota 80 a pg.169]

O funcionamento efetivo das Grama Sabhas era crucial para assegurar a transparência e a obrigação de prestar contas. Para tanto, realizaram-se festivais, marchas, anúncios e artigos em jornais, folhetos, programas de rádio e TV para difundir os novos foros e informar os cidadãos. A comunicação popular era parte da política geradora contra-hegemônica, visando a construir visões alternativas à ideologia dominante na “imprensa burguesa” e na sociedade civil. [Nota 81 a pg.169] Em cada Grama Sabha foram formados grupos para tratar de assuntos setoriais: agricultura e irrigação, criação de animais e peixes, educação, água potável, saneamento e saúde, indústria, transporte e energia, desenvolvimento feminino, castas segregadas, cooperativas e mobilização de recursos. Os grupos discutiam questões, guiados por questionários semi-estruturados, visando a provocar pensamento e discussão. Cada grupo setorial tinha uma ou duas pessoas de recursos da comunidade.

Para lidar com as demandas organizacionais de treinamento de pessoas de recursos formulou-se um programa em três níveis: estadual, em que 600 pessoas foram treinadas durante 20 dias; distrital, em que 12.000 pessoas foram treinadas por 10 dias e panchayat municipal, em que 100.000 pessoas foram treinadas ao menos por 5 dias de treino. Uma segunda rodada de treinamento visava capacitar pessoas de recursos a guiar tarefas de planejamento: estudos locais, relatórios participativos de desenvolvimento e seminários de desenvolvimento. Além disso, cidadãos comuns eram educados e treinados por meio de pesquisa-ação, seminários e participação ativa no processo.

Todos os partidos receberam informações sobre a Campanha por meio de uma série de conferências. Um apanhado pormenorizado foi enviado a organizações de estudantes, mulheres, agricultores, trabalhadores agrícolas, professores, empregados públicos, chefes de institutos de pesquisa, de universidades, engenheiros, médicos e administradores e dirigentes de seletas organizações de voluntários.

A Segunda Fase passou das aspirações subjetivas do povo ao desenvolvimento de uma perspectiva “do que deve ser feito?” em cada localidade. Ela se realizou por meio de seminários e estudos participativos dos recursos humanos e naturais disponíveis localmente. A avaliação das necessidades e problemas locais foi registrada em Relatórios de Desenvolvimento (15 para cada área) e discutidos por delegados das Grama Sabhas. Os Seminários de Desenvolvimento tiveram a presença média de 231 delegados, dos quais 13,8% eram funcionários, 10,5% das Castas Segregadas e 22,1% eram mulheres.

Na Terceira Fase foram formulados projetos formais por forças-tarefa de cada organismo local. Havia forças-tarefa para cada setor, compostas por representantes eleitos, peritos, cidadãos comuns e ativistas. Esta fase foi a mais difícil: *muitas municipalidades não formularam propostas novas, mas copiaram modelos dos manuais ou adaptaram esquemas correntes dos departamentos de linha.*

Na Quarta Fase, as propostas foram submetidas a representantes eleitos que fizeram a “escolha final”, sendo as razões expostas num documento-plano formal, apresentado e discutido nas Grama Sabhas. Nesta fase, houve nova rodada de treinamento de pessoas de recursos estaduais, presidentes de municipalidades e secretários para enfrentar o problema de incorporar a ampla visão do governo estadual aos planos locais, sem infringir a autonomia do processo local de planejamento.

O treinamento em cada nível de governo foi uma parte importante da Campanha em cada nível, comprovando o argumento de que um desenvolvimento significativo exige um processo contínuo de educação e aprendizado.

Na Quinta Fase, os níveis mais elevados de governo preparam seus planos, a partir dos planos propostos pelos níveis inferiores. E finalmente a Sexta Fase foi uma avaliação técnica e financeira dos planos e projetos. Nesta fase, os desafios técnicos eram sérios porque a avaliação final do plano exigia um processo sistemático de análise, que ia além da capacidade dos departamentos de linha. O Conselho Estadual de Planejamento resolveu formar um “corpo técnico voluntário” apelando a técnicos aposentados por meio de um anúncio de página inteira nos jornais. Milhares de pessoas atenderam o apelo, oferecendo ao Conselho Estadual de Planejamento um reservatório de técnicos qualificados e altamente motivados.

A questão de transformar o estado em um estado desenvolvimentista ancorado na sociedade civil foi decisiva para o sucesso da Campanha. Ameaçada pelas mudanças nas estruturas de autoridade e de tomada de decisões, muitos funcionários da burocracia estadual resistiram à integração dos níveis de governo. Um governo autenticamente participativo exige que a burocracia trabalhe com cidadãos comuns e com representantes eleitos, mas a intersecção da burocracia com instituições democráticas é das mais avessas à transformação. Nas áreas em que os funcionários colaboram o sucesso tem sido dos maiores. Ex.: em Kunnathukal a atividade agrícola tornou-se

pouco lucrativa. O delegado do governo estadual para a agricultura propôs a criação dum banco de trabalho. Os fazendeiros concordariam em retomar o cultivo em troca da concordância dos trabalhadores com um corte marginal dos salários em troca de certo número de dias de trabalho garantidos no ano. Nos meses em que os trabalhadores ficassem sem trabalho eles entrariam no banco de trabalho, do qual os governos locais e as comunidades os convocariam para trabalhar em obras públicas e projetos de desenvolvimento. O banco de trabalho teve grande sucesso e se expandiu ano após ano e outras municipalidades começaram a praticar políticas semelhantes.

O PCI(M) deu séria atenção à conquista de apoio em todos os setores da sociedade, o que demonstra seu empenho em construir uma inclusão da totalidade social. Com a oposição controlando um número significativo de governos locais, a participação dela foi fundamental para o sucesso da Campanha. Para atrai-la, foi criado um Conselho Orientador de Alto Nível integrado por todos os 140 membros da Assembléia Legislativa de Kérala, pelos 20 representantes de Kérala no Parlamento Nacional além de altos funcionários do governo estadual, líderes de organizações de massa, artistas, literatos e antigos Chefes de Ministério. Desta maneira, o PCI(M) estimulou a participação de todas as formações políticas na Campanha, logrando despartidarizá-la. A autora percorreu extensamente Kérala e perguntou repetidamente a seus interlocutores se a afiliação partidária afetava a alocação de fundos. “Para minha surpresa, a maioria das pessoas insistiu que a afiliação partidária não importava. Em alguns grupos de vizinhança que visitei, alguns membros afirmaram que ignoravam que partido os outros membros apoiavam.”

**Educação - Participação - Descentralização - Envolvimento/Mapeamentos projetos –
Mudar a lógica da acumulação!!!!**

Os pequenos terem decisão coletiva!!!!